

Notas e informações

Economia - Brasil

O Plano faz água

Os auxiliares diretos do ministro Dilson Funaro deveriam cuidar-se, porque dentro em breve poderá ser aberto rigoroso inquérito para apurar responsabilidades pela inflação, que, tendo chegado a 10,7% de março a setembro, parece não ter mais quem a segure. O conselho é dado na melhor das intenções. Afinal, num regime que começa a dar mostras de paranóia, buscando a cada canto os seus inimigos, em breve se desejará saber quem sabotou os esforços para conciliar tantas coisas ao mesmo tempo: manter preços estáveis, tornar rentáveis as empresas estatais sem mexer nelas, abastecer o mercado em época de demanda crescente e restrições à oferta e impedir a inflação. A palavra "sabotagem" — indicativa de que lá em cima se pensa como se o País estivesse em guerra — já foi proferida para mascarar o fiasco da operação bot; custará muito que seja empregada para *desenestrar* (como se dizia aos tempos do camarada Stalin) os que não impediram a alta da inflação?

A paranóia corresponde ao crescente medo que advém da consciência de que o Plano Cruzado começou a fazer água. Para os que procuraram, durante os primeiros momentos de euforia governamental, chamar a atenção do presidente José Sarney para o fato de que lhe estavam encilhando um tigre para que montasse, pois o Plano nada previa no tocante à causa fundamental da inflação, não surpreende que o rombo tenha sido aberto exatamente no lugar previsto, que eram as empresas de Estado. A conversa com que se tentou embair os desavisados, essa de que não havia déficit público e de que com as manipulações nas taxas de juros das aplicações a menos de 60 dias tudo estava resolvido, revelou-se ao fim e ao cabo o que sempre foi: *palavras, palavras, palavras*, como diria um certo príncipe da Dinamarca, preocupado em saber que coisas aconteciam em seu reino. As empresas estatais, malgeridas e com tarifas congeladas, tiveram de continuar absorvendo recursos do Tesouro; esgotada a ca-

pacidade de monetização da economia, nada mais normal que as injeções de moeda tivessem efeito inflacionário. O presidente Sarney pode, agora, saber que daqui para a frente os preços, oficialmente congelados, continuarão a subir, o que significa que a economia mergulhará cada vez mais na clandestinidade para poder sobreviver, ou que os produtos desaparecerão cada dia mais dos supermercados.

Apenas a obstinação pode explicar o alheamento da realidade em que se encontra o presidente da República. A obstinação ou o convencimento de que não existe moeda, de que os capitalistas são inimigos do Plano Cruzado, de que a Sunab e a Polícia Federal estão infiltradas por sabotadores a soldo dos pecuaristas etc. etc... Obstinação eleitoral, logo se vê, pois outra razão não existe para que o chefe de governo autorize subsídios aos Correios e à Rede Ferroviária, além de jogar dinheiro a fundo perdido na Nuclebrás, em vez de adotar a única política sadia, correta e de acordo com o interesse nacional, que é aumentar tarifas para que os serviços possam recompor-se gradativamente. O governo — PMDB ou PFL? — precisa ganhar as eleições de novembro para que o presidente Sarney possa descansar tranqüilo sobre a extensão de seu mandato e a permanência de sua popularidade. Por isso, irá manter o congelamento a qualquer preço, mesmo que seja — como diz o prof. Garcia Munhoz, da UnB, insuspeito economista — para permitir que tudo volte a ser pior do que em 15 de março de 1985. Talvez, teimando em evitar enfrentar tudo de novo, o presidente Sarney julgue ser possível tirar dinheiro do Tesouro e colocar nas empresas de Estado. Jogar fora dinheiro alheio é sempre possível; nesse caso, a exa deve estar preparado, olhando com seriedade para a segurança nacional, para injetar um bilhão de dólares na Eletrobrás, que foi o prejuízo que a *holding* teve este ano em consequência do congelamento das tarifas!

Talvez o presidente não se preocupe em ir dando dinheiro às empresas estatais que diminuam sua produtividade por causa do congelamento de tarifas, porquanto está convencido de que depois das eleições tudo pode acontecer. Não deve ser à toa que todos os dias se lê que alguém muito bem situado na administração federal anunciou o dilúvio para novembro ou dezembro, o mais tardar: aumento do imposto sobre a renda das pessoas físicas e dos agricultores; criação de novo sistema de arrecadação dos encargos sociais, o qual só criará penalidades tributárias para as empresas que modernizarem seus equipamentos; aumento das restrições ao crédito pessoal; controle maior da base monetária. Tudo o que se anuncia com certeza acontecerá, pois é preciso dinheiro para conceder subsídios. Tudo acontecerá, exceto o controle da expansão da base monetária: como será possível fazê-lo se cada vez mais se tornará indispensável conceder subsídios aos serviços públicos?

O governo, tão zeloso com suas empresas que não puderam recompor custos operacionais pelo congelamento de tarifas e preços, não se preocupa com a situação das empresas privadas, que tiveram seus preços congelados e não têm a quem apelar. Não lhes dá atenção, porque, aos seus olhos, elas são as responsáveis pelo fato de o Plano Cruzado ter feito água; por isso, estão condenadas a pagar o preço que os "donos do poder" lhes impõem para que possam sobreviver.

A oligarquia parece ter conseguido o que queria: convenceu o presidente Sarney de que as estatais devem ser subsidiadas e as empresas privadas, não. Essa é mais uma maneira de garantir a supremacia do Estado na economia, à custa da ineficiência e do sacrifício do contribuinte, que depois de 15 de novembro verificará que a realidade é distinta daquela que a propaganda oficial pinta.